

MANUAL DE MODELOS DA CORREGEDORIA



SECRETÁRIO DA FAZENDA
Fabrício Gomes Santos

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Saulo Araújo Toscano Júnior

CORREGEDOR
Francisco José de Oliveira Silva

MEMBROS DA CORREGEDORIA
Alessandro Costa dos Santos
Antônio Mascarenhas da Conceição Filho
Eduardo Araújo Nogueira
Francisca Marta de Sousa
Imaculada Maria Vidal da Silva
José Edson Holanda Filho
Jossandra Sampaio Fernandes
Lúcia de Fátima Serpa Gomes
Márcio William F Amorim
Thiago Alves Paiva

EQUIPE DE APOIO
Ana Larissa Araújo da Silva
Erika Sampaio Ferreira
Maria Fátima de Meneses Barros
Rita Edvirges Moraes de Sales
Yara Jéssica Eufrazio de Mesquita

ORGANIZADOR
Thiago Alves Paiva

PORTARIA Nº219/2023*

**APROVA O MANUAL DE MODELOS DA CORREGEDORIA
DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ.**

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 153-A da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o disposto no Art. 153-A da Constituição do Estado do Ceará, que assegura autonomia administrativa, funcional e financeira à Administração Fazendária, conferindo ao Órgão competência própria para dirigir e organizar internamente as suas atividades; CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso XIV, Anexo I, Decreto nº 34.841/2022 e alterações, e CONSIDERANDO a necessidade de garantir a uniformização da redação e o padrão dos documentos legalmente expedidos pela Corregedoria da Secretaria da Fazenda – COSEF, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Manual de Modelos da Corregedoria da Secretaria da Fazenda, anexo Único desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 22 de maio de 2023.

Fabrizio Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA

*Publicada no Diário Oficial do Estado de 26 de maio de 2023, páginas 97 a 110.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
ROTEIRO DE PADRONIZAÇÃO.....	11
DESPACHO DE ABERTURA DE APURAÇÃO PRELIMINAR.....	13
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA.....	14
TERMO PARA ABERTURA E ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.....	15
DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO.....	16
OFÍCIO PARA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO.....	17
PORTARIA PARA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO.....	18
PORTARIA DE RECONDUÇÃO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.....	19
ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.....	20
ATA DELIBERATIVA.....	21
ATA DELIBERATIVA (COM AUSÊNCIA DE MEMBRO).....	22
COMUNICAÇÃO À AUTORIDADE INSTAURADORA ACERCA DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO SINDICANTE E INÍCIO DOS TRABALHOS.....	23
COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.....	24
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS.....	25
INTIMAÇÃO DE DECLARANTE.....	26
INTIMAÇÃO DE INVESTIGADO(A).....	27
COMUNICAÇÃO À CHEFIA IMEDIATA ACERCA DA CONVOCAÇÃO DE DECLARANTE OU INVESTIGADO.....	29
TERMO DE DECLARAÇÃO (DECLARANTE).....	31
TERMO DE DECLARAÇÃO (INVESTIGADO).....	33

CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA.....	35
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE DECLARANTE.....	36
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE INVESTIGADO.....	37
COMUNICAÇÃO À CHEFIA IMEDIATA ACERCA DO NÃO COMPARECIMENTO DO DECLARANTE OU INVESTIGADO.....	39
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES À JUNTA COMERCIAL.....	41
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES À DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO.....	43
SOLICITAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO PODER JUDICIÁRIO.....	45
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	47
ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	49
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	51
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES CARTORÁRIAS.....	53
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES A ÓRGÃOS FAZENDÁRIOS DE OUTROS ENTES.....	55
SOLICITAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA.....	57
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CORREIO ELETRÔNICO.....	59
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE <i>LOGIN</i> E <i>LOGOUT</i>	60
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ACESSO A SISTEMAS.....	61
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ACESSO A SITES/INTERNET.....	63
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS SETORES/UNIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA.....	64
TERMO DE JUNTADA.....	65
PARECER CONCLUSIVO.....	67
MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	71
TERMO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (ARQUIVAMENTO).....	72



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

TERMO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (ABERTURA DE PAD).....	73
DESPACHO CONCLUSIVO DO(A) CORREGEDOR(A) (ARQUIVAMENTO).....	75
DESPACHO CONCLUSIVO DO(A) CORREGEDOR(A) (ABERTURA PAD).....	77
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PAD (MODELO 1).....	79
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PAD (MODELO 2).....	80
OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE).....	81



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

APRESENTAÇÃO

Em tempos em que a integridade corporativa está em evidência, a Corregedoria impõe sua autoridade naturalmente e consegue projetar efeitos positivos a partir de sua simples existência, pelo que é, pelo que representa. Na Sefaz, essa dimensão cresce com a qualidade e a consistência no exercício de sua função, especialmente complexa, delicada. Afinal, compomos, todos nós, fazendários, núcleo estratégico da gestão estadual.

A Corregedoria, sempre atenta ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de sua atuação, toma uma iniciativa nessa direção, ao oferecer a cada profissional da Sefaz a publicação do “Manual de Modelos da Corregedoria”. Trata-se de informação útil e necessária, um exercício de transparência sobre procedimentos a serem usados e critérios a serem considerados quando se configurarem situações que demandem atenção e ações de escrutínio formal minucioso.

A Secretaria da Fazenda é planejada e organizada para fazer fluírem com segurança e consistência todos os seus processos de atendimento ao interesse maior do Ceará. Entretanto, toda obra humana, individual ou coletiva, está sujeita a imprecisões e ao erro, razão pela qual esse Manual torna-se peça essencial no desenvolvimento das atividades de todas aquelas pessoas imbuídas de fazerem o certo no que pertine ao seu labor.

À Corregedoria no desempenho de sua missão, cabe agir com firmeza, naturalmente, mas sem deixar de respeitar a presunção de inocência, o pleno direito de defesa e espaço para o contraditório. Se e quando tiver que agir, a Corregedoria deve fazê-lo de forma exemplar.

Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

ROTEIRO DE PADRONIZAÇÃO

Para a formatação de arquivos que gerem documentos tipo ata, despacho, ofício, portaria, entre outros, deverão ser adotadas as seguintes diretrizes básicas:

- **Papel Timbrado:** deverá ser utilizado o modelo estabelecido no Manual de Identidade Visual do Governo do Estado do Ceará vigente à época da expedição do documento;
- **Formato do Papel:** A4;
- **Fonte:** Arial;
- **Tamanho da fonte no corpo de texto:** 12;
- **Tamanho da fonte em citações:** 10;
- **Alinhamento:** justificado;
- **Espaçamento entre linhas:** simples;
- **Recuo primeira linha:** 2 cm;
- **Recuo para citações:** 4 cm antes do texto;
- **Assinatura:** centralizada, com o nome do agente em negrito e iniciando em letra Maiúscula, com o cargo na linha abaixo escrito apenas em letras MAIÚSCULA sem negrito (Ex: **Fulano dos Anzóis** / CARGO PÚBLICO);
- **E-mail:** os *e-mails* enviados no âmbito dos processos de apuração preliminar ou sindicância deverão ter por remetente o endereço do correio eletrônico da Corregedoria (corregedoria@sefaz.ce.gov.br).
- **Arquivamento:** deverá ser salva a versão final em formato editável nas correspondentes pastas virtuais da Corregedoria, bem como, tratando-se de documento físico, deverá ser arquivada uma cópia do documento final emitido, devidamente assinado pelo agente competente, ou, sendo documento eletrônico, deverá ser arquivada uma cópia em formato “.pdf” apenas quando este não esteja contido em um processo virtual no sistema Tramita.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

DESPACHO DE ABERTURA DE APURAÇÃO PRELIMINAR

DESPACHO Nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de despachos]

O Corregedor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, no uso da competência prevista no art. 9º, inciso X, do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o art. 9º, *caput*, da Instrução Normativa Gabin nº 001/2014, de 14 de novembro de 2014;

Considerando o(a) *[escolher uma das opções: (i) recebimento de denúncia via (informar o meio); (ii) representação formulada por (indicar quem representou); ou (iii) conhecimento direto pelo Corregedor]*, acerca de fato(s) ocorrido(s) no(a) *[indicar unidade, local ou ambiente onde ocorreu(ram) o(s) fato(s)]*, relacionado(s) ao(à/s) servidor(a/es) *Nome do Servidor(a), cargo do servidor, matrícula ____-__-__*. *[caso não haja indicação prévia de servidor envolvido, deverá ser suprimida essa parte final]*;

Considerando que a autoridade competente é obrigada a promover a apuração de fato que possa configurar ilícito administrativo, conforme disposto no art. 179, § 1º, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974,

DETERMINA a abertura da apuração preliminar nº ___/___ *[fazer registro e pegar numeração no controle de PAP]* com o objetivo de coletar elementos para verificar o cabimento da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Incluam-se nos autos os elementos que motivaram a presente apuração.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos ___ de _____ de ____.

Nome do Corregedor
CORREGEDOR

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PORTARIA Nº ___/___

[fazer registro e pegar numeração no respectivo controle]

O Corregedor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 9º do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, e considerando o disposto no §2º do art. 179 e art. 209 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c os arts. 23 a 26 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, RESOLVE:

Art. 1º Designar *[indicar o nome do servidor designado presidente da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-_-; e *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-_- , para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar, no prazo de 60 dias (sessenta dias), prorrogável por igual período, os fatos de que trata o Processo nº *[informar o número do processo]*, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos ___ de _____ de _____.

Nome do Corregedor
CORREGEDOR

Observação: Nos termos do art. 25 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, a sindicância “deverá ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador”.

TERMO PARA ABERTURA E ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Aos ___ dias do mês de _____ do ano ____, encaminho ao conhecimento do presidente da Comissão Sindicante a Portaria nº ___/___, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de _____ de ____, para instalação e início dos trabalhos relativos à sindicância nº ___/___.

Integra(m) os presentes autos *[indicar os elementos previamente existentes que ensejaram a instauração da sindicância; exemplo: “a apuração preliminar nº ___/___ (Processo nº _____/_____)”]*, o que ensejou a instauração desta.

Nome do Corregedor
CORREGEDOR

DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO

DECLARAÇÃO DE [SUSPEIÇÃO; IMPEDIMENTO]

Em analogia ao disposto no art. [144, se impedimento; 145, se suspeição] do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme art. 40, parágrafo único, da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, eu, **[NOME DO(A) SERVIDOR(A)]**, ocupante do cargo de [Cargo do(a) Servidor(a)], matrícula nº _____-__-__, [escolher um dos textos: (i) “responsável pelo procedimento de apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou (ii) “integrante da comissão da sindicância nº ___/___, processo nº ___/___, designada pela Portaria nº ___, de ___ de _____ de _____, do(a) (Cargo da Autoridade que subscreve a Portaria)”], DECLARO, [escolher uma opção: (i) “de ofício”; (ii) “mediante provocação do(a) servidor(a) investigado(a), nos termos do inciso VII do art. 184 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974”], [escolher qual se aplica: IMPEDIMENTO ou SUSPEIÇÃO] para o presente caso, razão pela qual [escolher um dos textos: (i) “devolvo a presente apuração ao corregedor”; ou (ii) “requeiro a saída da referida comissão sindicante”].

Em Fortaleza, aos ___ de _____ de _____.

Nome do(a) Servidor(a)
CARGO DO(A) SERVIDOR(A)

OFÍCIO PARA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO

Ofício nº ___/___/COMISSÃO SINDICANTE/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

À Sua *[usar o pronome de tratamento adequado]* o(a) Senhor(a)
[Nome da autoridade instauradora da comissão de sindicância]
[CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA]

Assunto: Requerimento de substituição de membro da Comissão de Sindicância

Senhor(a) ***[CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA]***,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sindicância nº ___/___, em curso nos autos do processo nº _____/___, instaurada por Vossa Senhoria por meio da Portaria nº ____, de ___ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de _____ de _____, solicito providências no sentido de substituir *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-__-__, membro desta Comissão, em virtude de *[descrever a motivação para a substituição]*, conforme se verifica no documento em anexo.

Atenciosamente,

Nome do Presidente da Comissão
PRESIDENTE DA COMISSÃO SINDICANTE

PORTARIA PARA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO

PORTARIA Nº ___/___

[fazer registro e pegar numeração no respectivo controle]

O Corregedor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 9º do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, e considerando o disposto no §2º do art. 179 e art. 209 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c os arts. 23 a 26 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, RESOLVE:

Art. 1º Designar *[indicar o nome do servidor designado que substituirá o membro da comissão anteriormente designado]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-__-, para, em substituição a *[indicar o nome do servidor membro da comissão a ser substituído]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-__-, integrar a Comissão da Sindicância nº ___/___, na qualidade de *[membro ou presidente]*.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos ___ de _____ de _____.

Nome do Corregedor
CORREGEDOR

Observação: Nos termos do art. 25 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, a sindicância “deverá ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador”.

PORTARIA DE RECONDUÇÃO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA Nº ____/____

[fazer registro e pegar numeração no respectivo controle]

O Corregedor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 9º do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, e considerando o disposto no §2º do art. 179 e art. 209 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c os arts. 23 a 26 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, RESOLVE:

Art. 1º Designar *[indicar o nome do servidor designado presidente da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula ____-__-__; e *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula ____-__-__, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância com vistas a dar continuidade, no prazo de 60 dias (sessenta dias), prorrogável por igual período, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº ____/____, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº ____, de ____ de ____ de ____, publicada no Diário Oficial do Estado de ____ de ____ de ____, bem assim os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos ____ de ____ de ____.

Nome do Corregedor
CORREGEDOR

Observação: Nos termos do art. 25 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, a sindicância “deverá ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador”.

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS

Aos *[dia por extenso]* dias do mês de _____ do ano de _____, na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda, situada na avenida Alberto Nepomuceno, nº 77, Centro, 6º andar, Fortaleza, Ceará, aí presentes os servidores *[indicar o nome do servidor designado presidente da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-__-__; e *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-__-__, respectivamente, presidente e membro(s) da Comissão de Sindicância (Processo nº _____/____), designada pelo(a) *[indicar a autoridade instauradora da sindicância]*, por meio da Portaria nº ____/____, de __ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de __ de ____ de _____, procedeu-se a instalação da Sindicância nº ____/____ e tiveram início os trabalhos relacionados à apuração dos atos e fatos decorrentes *[indicar os elementos previamente existentes que ensejaram a instauração da sindicância; exemplo: “a apuração preliminar nº ____/____ (Processo nº _____/____)”; “denúncia constante no processo nº _____/____”; ou “representação formulada por”]*, decidindo-se preliminarmente por: *[incluir esse texto caso haja alguma deliberação inicial, tal como a indicação de um secretário, a notificação de algum declarante etc. Caso contrário, excluir o texto “decidindo-se preliminarmente por:”]*. Do que, para constar, eu, *[nome do servidor designado presidente da comissão]*, Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos.

Nome do Presidente
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Nome do Membro
MEMBRO DA COMISSÃO

Observação: Nos termos do art. 25 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, a sindicância “deverá ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador”.

ATA DELIBERATIVA

ATA DELIBERATIVA Nº ____

[seguir sequência numérica dentro de cada processo individualmente]

Aos *[dia por extenso]* dias do mês de _____ do ano de ____, às __h__ horas, na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda, situada na avenida Alberto Nepomuceno, nº 77, Centro, 6º andar, Fortaleza, Ceará, reunidos os servidores *[indicar o nome do servidor designado presidente da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula ____-__-__; e *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula ____-__-__, respectivamente Presidente e membro(s) da Comissão da Sindicância nº __/____ (Processo nº ____/____), instaurada por meio da Portaria nº __/____, de __ de _____ de ____, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de __ de ____ de ____, do(a) *[indicar a autoridade instauradora da sindicância]*, deliberaram o seguinte: *[descrever o que foi deliberado, ex.: "(i) convocar o declarante fulano; (ii) solicitar informações à área de inteligência; etc.]*.

Nada mais havendo a consignar, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrada a presente ata, para os fins do art. 219 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, que segue assinada pelos membros da Comissão presentes.

Nome do Presidente
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Nome do Membro
MEMBRO DA COMISSÃO

Observação: Nos termos do art. 25 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, a sindicância "deverá ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador".

ATA DELIBERATIVA (COM AUSÊNCIA DE MEMBRO)

ATA DELIBERATIVA Nº _____

[seguir sequência numérica dentro de cada processo individualmente]

Aos *[dia por extenso]* dias do mês de _____ do ano de _____, às __h__ horas, na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda, situada na avenida Alberto Nepomuceno, nº 77, Centro, 6º andar, Fortaleza, Ceará, reunidos os servidores *[indicar o nome do servidor designado presidente da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-_-; e *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-_-; ausente o(a) servidor(a) *[indicar o nome do servidor membro da comissão]*, ocupante do cargo de *[indicar o cargo do servidor]*, matrícula _____-_- , respectivamente Presidente e membro(s) da Comissão da Sindicância nº ____/____ (Processo nº ____/____), instaurada por meio da Portaria nº ____/____, de ____ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de ____ de _____ de _____, do(a) *[indicar a autoridade instauradora da sindicância]*, deliberaram o seguinte: *[descrever o que foi deliberado, ex.: "(i) convocar o declarante fulano; (ii) solicitar informações à área de inteligência; etc.]*.

Nada mais havendo a consignar, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrada a presente ata, para os fins do art. 219 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, que segue assinada pelos membros da Comissão presentes.

Nome do Presidente
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Nome do Membro
MEMBRO DA COMISSÃO

Observação: Nos termos do art. 25 do Decreto estadual nº 34.597, de 17 de março de 2022, a sindicância “deverá ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador”. Assim, este modelo será utilizado quando a comissão for composta por mais de 2 (dois) membros.

**COMUNICAÇÃO À AUTORIDADE INSTAURADORA ACERCA DA
INSTALAÇÃO DA COMISSÃO SINDICANTE E INÍCIO DOS TRABALHOS**

Ofício nº ___/___/COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

À Sua *[usar o pronome de tratamento adequado]* o(a) Senhor(a)
[Nome da autoridade instauradora da comissão de sindicância]
[CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA]

ASSUNTO: Encaminhamento de cópia da ata de instalação e início dos trabalhos da
Comissão da Sindicância nº ___/___, Processo nº _____/_____.

Senhor(a) ***[CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA]***,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sindicância nº ___/___, em
curso nos autos do processo nº _____/_____, instaurada por Vossa Senhoria por meio
da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial do Estado
de ___ de _____ de _____, encaminho-lhe cópia da ata de instalação da referida
Comissão, a qual se encontra instalada nas dependências da Corregedoria, à Avenida
Alberto Nepomuceno, 77, Centro, 6º andar, CEP 60055-000, nesta Capital, podendo ser
contatada pelo endereço eletrônico “corregedoria@sefaz.ce.gov.br”.

Atenciosamente,

Nome do Presidente da Comissão
PRESIDENTE DA COMISSÃO SINDICANTE

COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Ofício nº ___/___/COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

À Sua *[usar o pronome de tratamento adequado]* o(a) Senhor(a)
[Nome da autoridade instauradora da comissão de sindicância]
[CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA]

ASSUNTO: Informar a prorrogação do prazo dos trabalhos da Comissão da Sindicância nº ___/___, Processo nº _____/_____.

Senhor(a) ***[CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA]***,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sindicância nº ___/___, em curso nos autos do processo nº _____/_____, instaurada por Vossa Senhoria por meio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de _____ de _____, informo a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, conforme previsto na Portaria de instauração, em razão de *[justificar os motivos para a não conclusão no prazo original e a consequente prorrogação]*.

Assim, ante a citada prorrogação, a conclusão dos trabalhos deverá ocorrer em ___ de _____ de _____.

Atenciosamente,

Nome do Presidente da Comissão
PRESIDENTE DA COMISSÃO SINDICANTE

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

DESPACHO Nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de despachos]

Considerando a necessidade de instrução da *[indicar para qual processo se destina, ex.: apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___; ou sindicância nº ___/___, processo nº ___/___, instaurada pela Portaria nº ___, de ___ de ___ de ___]*, em curso no âmbito desta Corregedoria,

Solicite-se à área de recursos humanos as seguintes informações relativas ao servidor de matrícula nº _____-__-__:

- i. Cópia da ficha funcional do servidor; e
- ii. *[incluir outras informações que se façam necessárias, ex.: relatório do censo de escolaridade].*

Ante ao exposto, remetam-se os autos à Célula de Gestão de Pessoas (Cegep) para providências.

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos ___ de _____ de _____.

Nome do Servidor
CARGO

INTIMAÇÃO DE DECLARANTE

INTIMAÇÃO

Ao(À) Senhor(a)

[Nome do(a) Declarante],

[Local de Lotação do Declarante ou Endereço]

Na qualidade de *[descrever o cargo de quem está intimando, por exemplo: “corregedor da Secretaria da Fazenda”; ou “presidente da comissão da sindicância nº ___/___, instituída pelo Portaria nº ___/___”]*, amparado pelo disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, **INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante esta [“Corregedoria”, se apuração preliminar, ou “comissão sindicante”, se sindicância], no dia __ de _____ de ____, às [informar o horário, exemplo: “dez horas e trinta minutos (10h30)”], no(a) [indicar o local da oitiva, por exemplo: “sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, 77, Centro, 6º andar, CEP 60055-000, Fortaleza, Ceará”]**, na condição de **DECLARANTE**, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados no âmbito da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*.

Destaque-se que se aplica à presente intimação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Em Fortaleza, Ceará, aos ____ de _____ de _____.

Nome do Servidor
CARGO

INTIMAÇÃO DE INVESTIGADO(A)

INTIMAÇÃO

Ao(À) Senhor(a)

[Nome do(a) Declarante],

[Local de Lotação do investigado ou Endereço]

Na qualidade de *[descrever o cargo de quem está intimando, por exemplo: “corregedor da Secretaria da Fazenda”; ou “presidente da comissão da sindicância nº ___/___, instituída pelo Portaria nº ___/___”]*, amparado pelo disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, **INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante esta [“Corregedoria”, se apuração preliminar, ou “comissão sindicante”, se sindicância], no dia ___ de _____ de _____, às [informar o horário, exemplo: “dez horas e trinta minutos (10h30)”], no(a) [indicar o local da oitiva, por exemplo: “sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, 77, Centro, 6º andar, CEP 60055-000, Fortaleza, Ceará”]**, na condição de **INVESTIGADO**, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados no âmbito da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*.

Nos termos do inciso III do art. 184 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, fica facultado a Vossa Senhoria o direito de comparecer acompanhado de advogado, devidamente constituído nos autos.

Destaque-se que se aplica à presente intimação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.



Em Fortaleza, Ceará, aos ____ de _____ de ____.

Nome do Servidor
CARGO

Observação: Caso requerido pelo(a) servidor(a) investigado(a), deverá ser franqueado o acesso aos autos da respectiva apuração preliminar ou sindicância.

COMUNICAÇÃO À CHEFIA IMEDIATA ACERCA DA CONVOCAÇÃO DE DECLARANTE OU INVESTIGADO

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de ____.

À Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

[Nome do Chefe imediato do convocado]

[UNIDADE/LOTAÇÃO DO CHEFE IMEDIATO]

Assunto: Comunicação de convocação de *[servidor/colaborador]*

Senhor(a) *[CARGO DA CHEFIA IMEDIATA. Exemplo: ORIENTADOR]*,

Na qualidade de *[indicar quem está convocando. Exemplo: “Corregedor” ou “Membro da Corregedoria”]* da Secretaria da Fazenda, amparado pelo disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, informo a Vossa Senhoria que foi(ram) intimado(a/s) a comparecer à sede desta Corregedoria, no endereço Av. Alberto Nepomuceno, 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará, o(a/s) seguinte(s) servidor(a/s) abaixo listado(a/s), com a respectiva data e horário, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados no âmbito da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*.

NOME	MATRÍCULA	DATA	HORÁRIO
<i>[Nome do convocado]</i>	____-__-__	__/__/____	__h__
<i>[Nome do convocado]</i>	____-__-__	__/__/____	__h__

[listar tantos forem os subordinados convocados]

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Nome do Servidor
CARGO/FUNÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO (DECLARANTE)

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos ___ [dia por extenso] dias do mês de _____ do ano de ____ [ano por extenso], às ___ horas e ___ minutos (___h___), em audiência promovida [indicar o local da audiência, por exemplo “na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, nº 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará”], no âmbito da [escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”], encontrando-se presente(s) o(s) servidor(es) [nome dos servidores presentes e respectivos cargo e matrícula], atendendo regular intimação, **COMPARECEU** à reunião, na condição de **DECLARANTE**, o(a) sr(a). [nome do declarante], [se tiver, matrícula funcional], [nacionalidade], natural de [Cidade, UF], [estado civil], [cargo, função ou profissão], inscrito no CPF sob o nº _____.____.____-__, filho de [nomes], residente e domiciliado em [endereço completo], a fim de prestar declaração nos termos que seguem.

Inicialmente, o(s) membro(s) da Corregedoria informou(aram) ao(à) declarante que, por se tratar de [sindicância ou investigação de natureza preliminar], o presente procedimento possui classificação de sigiloso, no grau de reservado, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, combinado com o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997, salientando que, caso convertido o presente procedimento em processo administrativo disciplinar em desfavor do(a/s) investigado(a/s), momento em que este(a/s) poderá(ão) exercer o seu direito ao contraditório e ampla defesa, o(a) declarante, a critério da comissão processante, poderá vir a ser convocado(a) na condição de testemunha ou informante.

Feitas tais considerações iniciais, passou-se à declaração.

Perguntado(a) se o(a) [registrar a pergunta], **respondeu que** [reduzir a termo a resposta do(a) declarante].

Perguntado(a) sse o(a) *[registrar a pergunta]*, **respondeu que** *[reduzir a termo a resposta do(a) declarante]*.

[...].

[Elaborar quantas perguntas se façam necessárias para a apuração dos fatos investigados]

Perguntado(a) ao(à) declarante se desejaria acrescentar algo, **respondeu que** *[reduzir a termo a resposta do(a) declarante]*.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado, do que para constar, eu, *[nome de quem lavrou o termo]*, *[cargo ou função de quem lavrou o termo]*, lavrei o presente Termo, que vai assinado por mim e pelos demais participantes desta audiência, abaixo identificados.

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Declarante
DECLARANTE

TERMO DE DECLARAÇÃO (INVESTIGADO)

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos ___ [dia por extenso] dias do mês de _____ do ano de ____ [ano por extenso], às ___ horas e ___ minutos (___h___), em audiência promovida [indicar o local da audiência, por exemplo “na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, nº 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará”], no âmbito da [escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”], encontrando-se presente(s) o(s) servidor(es) [nome dos servidores presentes e respectivos cargo e matrícula], atendendo regular intimação, **COMPARECEU** à reunião, na condição de **INVESTIGADO(A)**, o(a) sr(a). [nome do declarante], [se tiver, matrícula funcional], [nacionalidade], natural de [Cidade, UF], [estado civil], [cargo, função ou profissão], inscrito no CPF sob o nº _____.____.____-__, filho de [nomes], residente e domiciliado em [endereço completo]; [incluir, caso tenha advogado(a): “acompanhado(a) de seu(sua) advogado(a), sr. (nome), inscrito(a) na OAB/___ sob o nº _____, devidamente constituído nos autos”], a fim de prestar declaração nos termos que seguem.

Inicialmente, o(s) membro(s) da Corregedoria destacou(aram) o direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas, bem como informou(aram) ao(à) servidor que, por se tratar de [sindicância ou investigação de natureza preliminar], o presente procedimento possui classificação de sigiloso, no grau de reservado, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, combinado com o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997, salientando que, caso convertido em processo administrativo disciplinar, o servidor investigado terá a oportunidade de exercer o contraditório e ampla defesa, valendo-se de todos os meios de prova admitidos em direito.

Feitas tais considerações iniciais, passou-se à declaração.

Perguntado(a) se o(a) *[registrar a pergunta]*, **respondeu que** *[reduzir a termo a resposta do(a) declarante]*.

Perguntado(a) se o(a) *[registrar a pergunta]*, **respondeu que** *[reduzir a termo a resposta do(a) declarante]*.

[...].

[Elaborar quantas perguntas se façam necessárias para a apuração dos fatos investigados]

Perguntado(a) ao(à) declarante se desejaria acrescentar algo, **respondeu que** *[reduzir a termo a resposta do(a) declarante]*.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado, do que para constar, eu, *[nome de quem lavrou o termo]*, *[cargo ou função de quem lavrou o termo]*, lavrei o presente Termo, que vai assinado por mim e pelos demais participantes desta audiência, abaixo identificados.

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Servidor Investigado
CARGO DO(A) SERVIDOR(A)

Nome do(a) Advogado(a)
OAB/ __ nº _____

CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA

CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA

Certifico que aos ___ dias do mês de _____ do ano de ____, às _____ horas e _____ minutos, *[indicar o local da audiência, por exemplo “na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, nº 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará”]*, no âmbito da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*, encontrando-se presente(s) o(s) servidor(es) *[nome dos servidores presentes e respectivos cargo e matrículas]*, compareceu o(a) sr(a). **[nome do(a) declarante]**, *[se tiver, matrícula funcional]*, inscrito no CPF sob o nº ____-____-____-____ *[incluir o CPF se dispor de tal dado, caso contrário, excluir]*, *[cargo, função ou profissão]*, lotado no(a) *[incluir a lotação se servidor, terceirizado etc., caso contrário, excluir]*, para prestar declaração acerca dos fatos referidos no processo supramencionado.

Destaque-se que se aplica à presente certidão a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Nome do Servidor
CARGO/FUNÇÃO

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE DECLARANTE

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE DECLARANTE

Aos ___ [dia por extenso] dias do mês de _____ do ano de ___ [ano por extenso], às ___ horas e ___ minutos (___h___), [indicar o local da audiência, por exemplo “na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, nº 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará”], no âmbito da [escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”], encontrando-se presentes o(s) servidor(es) [nome dos servidores presentes e respectivos cargo e matrícula], **registra-se o não comparecimento**, injustificadamente, do(a) Sr(a). **[nome do(a) declarante]**, [se tiver, matrícula funcional], inscrito no CPF sob o nº _____.____.____-__ [incluir o CPF se dispor de tal dado, caso contrário, excluir], [cargo, função ou profissão], lotado no(a) [incluir a lotação se servidor, terceirizado etc., caso contrário, excluir], embora regularmente intimado a fim de prestar esclarecimentos, na qualidade de declarante, sobre os fatos relacionados ao presente processo.

Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, segue assinado pelos presentes.

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE INVESTIGADO

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE INVESTIGADO

Aos ___ [dia por extenso] dias do mês de _____ do ano de ____ [ano por extenso], às ___ horas e ___ minutos (___h___), [indicar o local da audiência, por exemplo “na sede da Corregedoria da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, localizada na Av. Alberto Nepomuceno, nº 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará”], no âmbito da [escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”], encontrando-se presentes o(s) servidor(es) [nome dos servidores presentes e respectivos cargo e matrícula], **registra-se o não comparecimento**, injustificadamente, do(a) Sr(a). **[nome do(a) investigado(a)]**, matrícula nº _____-_-_, [cargo ou função], lotado no(a) [incluir a lotação se servidor], embora regularmente intimado a fim de prestar esclarecimentos, na qualidade de investigado(a), sobre os fatos relacionados ao presente processo.

Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, segue assinado pelos presentes.

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO

Nome do Servidor
CARGO OU FUNÇÃO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

COMUNICAÇÃO À CHEFIA IMEDIATA ACERCA DO NÃO COMPARECIMENTO DO DECLARANTE OU INVESTIGADO

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

À Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
[Nome do Chefe imediato do convocado]
[UNIDADE/LOTAÇÃO DO CHEFE IMEDIATO]

Assunto: Comunicação de não comparecimento de *[servidor/colaborador]*

Senhor(a) ***[CARGO DA CHEFIA IMEDIATA. Exemplo: ORIENTADOR]***,

Na qualidade de *[indicar quem está convocando. Exemplo: “Corregedor” ou “Membro da Corregedoria”]* da Secretaria da Fazenda, informo a Vossa Senhoria que o sr(a). ***[NOME DO SERVIDOR INTIMADO]***, *[cargo ou função]*, *[matrícula, se houver]*, lotado(a) nesse(a) *[unidade]*, regularmente intimado, não compareceu à audiência agendada para o dia ___ de _____ de _____, às _____ horas e _____ minutos (___h___), na Av. Alberto Nepomuceno, 77, 6º Andar, Centro, Fortaleza, Ceará, para prestar declaração acerca dos fatos relacionados à *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*. *[caso necessário, incluir a seguinte frase: “não tendo apresentado justificativa para a ausência”]*



Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Nome do Servidor
CARGO/FUNÇÃO

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES À JUNTA COMERCIAL

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de ____.

À Sua Excelência o(a) Senhor(a)
[Nome do(a) Presidente da Junta Comercial]
Junta Comercial do Estado do [Indicar Estado]
E-mail: [endereço eletrônico para o envio, exemplo: oficios@jucec.ce.gov.br]

Assunto: Solicitação de Informações.

Senhor(a) PRESIDENTE,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, com o fito de instruir a [escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”], e tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 6º [incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”] do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, vimos, por meio do presente ofício, solicitar cópia dos atos constitutivos [indicar outros documentos que se façam necessários para a elucidação dos fatos] de [indicar razão social], inscrita no CNPJ sob o nº ___/___-___, e demais modificações averbadas.

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Respeitosamente,

Nome do Servidor
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES À DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

Ao(À) Senhor(a)

[Nome do(a) Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no (Estado)]

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no *[Estado]*

E-mail: *[endereço eletrônico para o envio, exemplo: rte.ce@mte.gov.br]*

Assunto: Solicitação de Informações.

Senhor(a) SUPERINTENDENTE,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*, e tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, vimos, por meio do presente ofício, solicitar *[indicar as informações solicitadas, por exemplo: “cópia da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) apresentada pela sociedade empresária (indicar razão social), inscrita no CNPJ sob o nº ___/___-___, correspondente aos anos-base de ___ a ___”]*.

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Atenciosamente,

Nome do Servidor
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

SOLICITAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO PODER JUDICIÁRIO

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de ____.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

[NOME DO(A) MAGISTRADO(A)]

[Cargo do(a) Magistrado(a), por exemplo: “Juiz de Direito”, “Desembargador” etc.]

[Indicar respectiva vara, comarca, turma, tribunal etc.]

E-mail: [indicar e-mail para envio da comunicação eletrônica]

Assunto: **[Indicar assunto, por exemplo: “Solicita acesso ao Processo nº ____”]**

Senhor(a) **[CARGO DO(A) MAGISTRADO(A)]**,

Cumprimentando-o(a), com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ____/___”]*, e tendo em vista o disposto no art. 372 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente às regras procedimentais do processo administrativo-disciplinar por força do art. 40, parágrafo único, da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, solicito autorização judicial para *[indicar o que é solicitado ao(à) magistrado(a)]*, no qual figura como parte o(a) servidor(a) **[nome do(a) servidor(a)]**, *[cargo do servidor]*, matrícula nº ____-__-__.

Em anexo, indico como elementos para autorização do compartilhamento:

i. Número do procedimento administrativo e a data da sua instauração – *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ____/___”]*, aberto em ___/___/___;

- ii. Fundamento legal da instauração do procedimento administrativo – art. 13 do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544, de 15 de Julho de 1997, *c/c* art. 9º, *caput*, da Instrução Normativa Gabin nº 01, de 29 de Janeiro de 2014, desta Secretaria da Fazenda; e
- iii. Demonstração de que o órgão ao qual pertence a autoridade administrativa tem competência para investigar o agente público pela prática de infração administrativa – art. 6º, inciso VIII, do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544/1997, *c/c* art. 11, inciso VII, Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022.

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, *c/c* o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Respeitosamente,

Nome do(a) Corregedor(a) ou Presidente da Comissão
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

[NOME DO(A) MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO]

[Cargo do(a) Membro(a), por exemplo: “Promotor de Justiça”, “Procurador de Justiça”, “Procurador da República” etc.]

[Indicar respectiva promotoria]

E-mail: [indicar e-mail para envio da comunicação eletrônica]

Assunto: **[Indicar assunto, por exemplo: “Solicita acesso ao Processo nº _____”]**

Senhor(a) **[CARGO DO(A) MEMBRO]**,

Cumprimentando-o(a), com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, e tendo em vista o disposto no art. 372 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente às regras procedimentais do processo administrativo-disciplinar por força do art. 40, parágrafo único, da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, solicito o compartilhamento de *[indicar o que é solicitado ao Ministério Público]*, o qual se refere ao(à) servidor(a) **[nome do(a) servidor(a)]**, *[cargo do servidor]*, matrícula nº _____-__-__.

Em anexo, indico como elementos para autorização do compartilhamento:

i. Número do procedimento administrativo e a data da sua instauração – *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____”]*

_____/____/____”; ou “sindicância nº ____/____, processo nº ____/____”], aberto em ____/____/____;

ii. Fundamento legal da instauração do procedimento administrativo – art. 13 do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544, de 15 de Julho de 1997, c/c art. 9º, *caput*, da Instrução Normativa Gabin nº 01, de 29 de Janeiro de 2014, desta Secretaria da Fazenda; e

iii. Demonstração de que o órgão ao qual pertence a autoridade administrativa tem competência para investigar o agente público pela prática de infração administrativa – art. 6º, inciso VIII, do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544/1997, c/c art. 11, inciso VII, Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022.

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Respeitosamente,

Nome do Corregedor ou Presidente da Comissão
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

[NOME DO(A) MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO]

[Cargo do(a) Membro(a), por exemplo: “Promotor de Justiça”, “Procurador de Justiça”, “Procurador da República” etc.]

[Indicar respectiva promotoria]

E-mail: [indicar e-mail para envio da comunicação eletrônica]

Assunto: **[Indicar assunto, por exemplo: “Resposta ao Ofício nº ___”]**

Senhor(a) **[CARGO DO(A) MEMBRO]**,

Cumprimentando-o(a), com o fito de *[descrever ao que se destina o presente ofício, por exemplo: (i) “atender solicitação exarada no Ofício nº ___/___ dessa promotoria”; ou (ii) “dar ciência sobre os fatos apurados na sindicância nº ___/___, em curso nesta Corregedoria”; ou (iii) “prestar esclarecimentos sobre as questões apresentadas no Ofício nº ___/___ dessa promotoria” etc]*, *[escolher um texto ou redigir outro que melhor se adegue: (i) “apresentamos abaixo o seguinte”; (ii) “encaminhamos em anexo o seguinte”]*:

[Listar os elementos/documentos/informações que serão encaminhados/apresentados ao Ministério Público, por exemplo:

1) *Cópia integral do processo nº _____/_____, totalizando ___ páginas;*

2) *Parecer conclusivo nº ___/_____, exarado no âmbito da sindicância nº ___/_____;*

3) *Exemplo de informação: O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº ____/____, processo nº ____/____, se encontra em processamento na Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar da Procuradoria-Geral do Estado, desde __/__/____];*
4) *Etc.]*

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Respeitosamente,

Nome do Corregedor ou Presidente da Comissão
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de outros elementos que se façam necessários.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

[NOME DO(A) DELEGADO(A) DE POLÍCIA]

[Cargo do(a) Delegado(a), por exemplo: “Delegado(a) da Polícia Civil do Estado do Ceará”]

[Indicar respectiva delegacia]

E-mail: [indicar e-mail para envio da comunicação eletrônica]

Assunto: **[Indicar assunto, por exemplo: “Solicita acesso ao Inquérito nº _____”]**

Senhor(a) **[CARGO DO(A) DELEGADO(A)]**,

Cumprimentando-o(a), com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, e tendo em vista o disposto no art. 372 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente às regras procedimentais do processo administrativo disciplinar por força do art. 40, parágrafo único, da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, solicito o compartilhamento de *[indicar o que é solicitado ao(à) Delegado(a)]*, o qual se refere ao(à) servidor(a) **[nome do(a) servidor(a)]**, *[cargo do servidor]*, matrícula nº _____-__-__.

Em anexo, indico como elementos para autorização do compartilhamento:

i) Número do procedimento administrativo e a data da sua instauração – *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____”]*

_____/____/____”; ou “sindicância nº ____/____, processo nº ____/____/____”, aberto em ____/____/____;

(ii) Fundamento legal da instauração do procedimento administrativo – art. 13 do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544, de 15 de Julho de 1997, c/c art. 9º, *caput*, da Instrução Normativa Gabin nº 01, de 29 de Janeiro de 2014, desta Secretaria da Fazenda; e

(iii) Demonstração de que o órgão ao qual pertence a autoridade administrativa tem competência para investigar o agente público pela prática de infração administrativa – art. 6º, inciso VIII, do Anexo Único ao Decreto estadual nº 24.544/1997, c/c art. 11, inciso VII, Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022.

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Atenciosamente,

Nome do Corregedor ou Presidente da Comissão
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES CARTORÁRIAS

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de ____.

Ao(À) Senhor(a)

[Nome do(a) Titular do Cartório]

[Titular do (descrever, por exemplo: Xº Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de Fortaleza, Ceará)]

[Nome do Cartório]

E-mail: [endereço eletrônico para o envio da comunicação]

[Endereço físico]

Assunto: Solicitação de Informações Cartorárias.

Senhor(a) [DENOMINAÇÃO DO TITULAR, por exemplo: "TABELIÃO"],

Cumprimentando-o(a) cordialmente, com o fito de instruir a [escolher a natureza do processo, por exemplo: "apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___"; ou "sindicância nº ___/___, processo nº ___/___"], e tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 6º [incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: "e o inciso X do art. 9º"] do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, vimos, por meio do presente ofício, solicitar [indicar as informações solicitadas, por exemplo: "Cópia de Procurações com relação a Fulano dos Anzóis, inscrito no CPF sob o nº ____-____-____-__"].

Atenciosamente,



Nome do(a) Corregedor(a) ou Presidente da Comissão
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES A ÓRGÃOS FAZENDÁRIOS DE OUTROS ENTES

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de _____.

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a)

[Nome da Autoridade]

[Cargo da Autoridade, por exemplo: Secretário(a) da Finança do Município de Fortaleza]

E-mail: [endereço eletrônico para o envio da comunicação]

Assunto: Solicitação de Informações.

Senhor(a) **[CARGO DA AUTORIDADE]**,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*, e tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, vimos, por meio do presente ofício, solicitar *[indicar as informações solicitadas, por exemplo: “Cópia da movimentação financeira (entradas/saídas) e das Notas Fiscais de Serviço eletrônicas emitidas pela empresa (nome da empresa), CNPJ nº ___/___-___, no período de ___/___/___ a ___/___/___”]*.

Destaque-se que se aplica à presente comunicação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Atenciosamente,

Nome do(a) Corregedor(a) ou Presidente da Comissão
CARGO/FUNÇÃO

Observação: Encaminhar anexo ao ofício os atos de nomeação no cargo ou lotação na Corregedoria, bem como, sendo sindicância, a respectiva Portaria de instauração; além de um compilado dos dispositivos citados no corpo da comunicação.

SOLICITAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA

DESPACHO Nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ
[fazer registro e pegar numeração no controle de despachos]

Considerando o disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022;

Considerando a faculdade de solicitar assessoria técnica prevista no § 7º do art. 209 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará);

Considerando a necessidade de instrução da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”];* ou *“sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”];*

Considerando que referido procedimento objetiva *[descrever sucintamente qual o escopo do procedimento, por exemplo: “investigar denúncia acerca de solicitação de vantagem indevida por servidor fazendário, tendo como contribuinte supostamente prejudicado a empresa Razão Social Ltda., inscrita no CNPJ nº _____/___-___”];*

Considerando que a análise preliminar indica que *[incluir outras informações que possam auxiliar na manifestação da área técnica, sem prejudicar as investigações, por exemplo: “as circunstâncias fáticas indicam uma relação com o processo nº _____/___”];* caso outras informações sejam dispensáveis, *[excluir parágrafo]*,

ENCAMINHE-SE a presente solicitação de assessoria técnica ao(à) *[informar unidade/setor para encaminhamento, por exemplo: Célula de Análise e Revisão Fiscal]* para que se manifeste acerca dos seguintes quesitos:

[Listar os quesitos a serem respondidos pela Assessoria Técnica, por exemplo:

i) O contribuinte de CNPJ nº _____/____ estava obrigado à apresentação da PGDAS no ano de 2020?

ii) Há irregularidade nas notas fiscais de saída do contribuinte de CNPJ nº _____/____, emitidas no período compreendido entre os meses de março e outubro de 2021?

iii) Etc.]

Incluam-se nos autos os seguintes elementos para subsidiar a análise da correspondente área técnica:

[Listar os elementos que acompanharam a solicitação, por exemplo:

i) Cópia da denúncia;

ii) Cópia do processo nº _____/____;

iii) Etc.]

Tão logo a análise seja concluída com a emissão do respectivo relatório, os autos devem retornar a esta Corregedoria para continuidade do feito.

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos __ de _____ de ____.

Nome do(a) Corregedor(a) ou Presidente da Comissão Sindicante
CARGO/FUNÇÃO

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CORREIO ELETRÔNICO

SISTEMA ASSYST (Serviços > Suporte de TI > Logs / Auditoria > E-mail)

Prezados,

Com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, em curso no âmbito desta Corregedoria, solicito o conteúdo de todas as mensagens enviadas e recebidas pelo usuário de matrícula _____-__-__ por meio do sistema de correio eletrônico desta Secretaria da Fazenda, no período compreendido entre os dias ___/___/___ e ___/___/___.

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Fazendo votos de estima e consideração, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome do(a) Servidor(a)

CARGO

RESUMO: Solicitação de Mensagens de Correio Eletrônico

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista o disposto no art. 6º, VIII, do Anexo Único ao Decreto nº 24.544/1997, justifica-se esta solicitação dada a necessidade de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE LOGIN E LOGOUT

SISTEMA ASSYST (Serviços > Suporte de TI > Logs / Auditoria > Acesso a rede)

Prezados,

Com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, em curso no âmbito desta Corregedoria, solicito um relatório de acesso a rede, *login* e *logout*, realizado pelo usuário de matrícula _____-__-__, no período compreendido entre os dias ___/___/___ e ___/___/___.

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Fazendo votos de estima e consideração, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome do(a) Servidor(a)
CARGO

RESUMO: Solicitação de Relatório de Acesso a Rede

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista o disposto no art. 6º, VIII, do Anexo Único ao Decreto nº 24.544/1997, justifica-se esta solicitação dada a necessidade de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ACESSO A SISTEMAS

SISTEMA ASSYST (Serviços > Suporte de TI > Logs / Auditoria > Acesso a rede)

Prezados,

Com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, em curso no âmbito desta Corregedoria, solicito um relatório de acessos realizados pelo usuário de matrícula ____-_- , no período compreendido entre os dias ___/___/___ e ___/___/___, aos seguintes sistemas:

[Listar os sistemas sobre os quais se deseja o relatório, por exemplo:

1) Cadastro;

2) CAF;

Etc.]

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Fazendo votos de estima e consideração, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome do(a) Servidor(a)

CARGO

RESUMO: Solicitação de Relatório de Acesso a Sistemas.

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista o disposto no art. 6º, VIII, do Anexo Único ao Decreto nº 24.544/1997, justifica-se esta solicitação dada a necessidade de instruir a



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ____/____, processo nº ____/____”; ou “sindicância nº ____/____, processo nº ____/____”].

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ACESSO A SITES/INTERNET

SISTEMA ASSYST (Serviços > Suporte de TI > Logs / Auditoria > Acesso a internet)

Prezados,

Com o fito de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, em curso no âmbito desta Corregedoria, solicito um relatório de acesso a internet realizado pelo usuário de matrícula _____, no período compreendido entre os dias ___/___/___ e ___/___/___.

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

Fazendo votos de estima e consideração, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome do(a) Servidor(a)
CARGO

RESUMO: Solicitação de Relatório de Acesso a Internet

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista o disposto no art. 6º, VIII, do Anexo Único ao Decreto nº 24.544/1997, justifica-se esta solicitação dada a necessidade de instruir a *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS SETORES/UNIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA

DESPACHO Nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de despachos]

Considerando o disposto no inciso VIII do art. 6º *[incluir o seguinte texto, se subscrito pelo corregedor: “e o inciso X do art. 9º”]* do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022;

Considerando a necessidade de instrução da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”;* ou *“sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*;

SOLICITAM-SE do(a) *[informar unidade/setor para encaminhamento, por exemplo: Célula de Compras e Contratos]* os(as) seguintes *[informações, documentos etc.]*:

[Listar as informações, os documentos etc. desejados, por exemplo:

- i) Cópia integral do processo relativo ao pregão eletrônico nº _____;*
- ii) Qual a situação atual da ação fiscal de nº _____;*
- iii) Etc.]*

Destaque-se que se aplica à presente solicitação a classificação de sigilosa, no grau de reservada, na forma dos arts. 22, inciso VIII, e 23, §1º, inciso III, da Lei nº 15.175/2012, c/c o art. 17 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos ___ de _____ de _____.

Nome do(a) Servidor(a)
CARGO/FUNÇÃO

TERMO DE JUNTADA

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº.: _____/____

ASSUNTO: *[Referenciar natureza do processo, ex.: Sindicância nº ___/___]*

Aos __ dias de _____ do ano de ____, no âmbito da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, juntem-se aos autos do processo em epígrafe o seguinte:

[Listar os elementos/documentos que serão inseridos nos autos originais, tais como os exemplos a seguir:

- 1) Cópia integral do processo nº _____/___, referente à diligência realizada junto à área de gestão de pessoas, totalizando __ páginas;*
- 2) Petição apresentada por...;*
- 3) Instrumento de procuração;*
- 4) Etc.]*

Assim, para que passem a integrar os autos do presente processo de *[escolher a natureza do processo, “apuração preliminar” ou “sindicância”]*, foi lavrado o presente termo.

Nome do Servidor
CARGO/FUNÇÃO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

PARECER CONCLUSIVO

PROCESSO Nº.: _____/____

INTERESSADO: *[Nome do(a) Servidor(a)]*

ASSUNTO: *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___; ou “sindicância nº ___/___”]*

PARECER Nº ___/___

[fazer registro e pegar numeração no controle de pareceres]

1. INTRODUÇÃO

[Apresentar de forma sucinta o processo]

Trata-se da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___; ou “sindicância nº ___/___”]*, deflagrada por meio do(a) *[se apuração preliminar, “despacho nº ___/___ desta Corregedoria; se sindicância, “Portaria nº ___/___, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de _____ de ___]*, em ___/___/___, a partir de *[escolher uma das opções: (i) recebimento de denúncia via (informar o meio); (ii) representação formulada por (indicar quem representou); ou (iii) conhecimento direto pelo Corregedor]*.

[Sendo sindicância, informar as prorrogações de prazo e as possíveis reconduções da comissão sindicante, com referência às respectivas portarias].

Nos termos do inciso VIII do art. 6º e art. 13 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/c inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, e *caput* do art. 9º da Instrução Normativa Gabin nº 001, de 14 de novembro de 2014, esta Corregedoria adotou medidas pertinentes à elucidação da ocorrência.

2. SOBRE OS FATOS QUE ENSEJARAM O PRESENTE PROCEDIMENTO

[Descrever os fatos que estão sendo apurados]

A presente *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___; ou “sindicância nº ___/___”]* teve por escopo investigar o(a)

suposto(a) ocorrência *[descrever o(s) fato(s) que ensejaram a presente investigação]*, ocorrido(s) no(a) *[indicar o local onde o(s) fato(s) ocorreu(ram)]*, envolvendo o(a/s) servidor(a/s) *[indicar o(s) nome(s) do(a/s) servidor(a/s), cargo(s) e matrícula(s)]*.

Conforme consta no(a) *[denúncia, representação ou relato do corregedor]*, o(a/s) servidor(a/s) *[resumir o que consta como fato que ensejou o presente procedimento]*.

3. INSTRUÇÃO PROCESSUAL

[Neste tópico deve ser relatado o que foi realizado no curso da investigação, como exemplificado sucintamente a seguir]

Os trabalhos foram iniciados em __/__/____, a partir do encaminhamento...

Posteriormente, foram ouvidos os declarantes... (p. xx/xx), os quais relataram o que segue:

Solicitou-se assessoria técnica da Assessoria de Controle Interno, a qual apresentou relatório donde se extrai o seguinte...

Etc.

4. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

[Neste capítulo, descreve-se a análise dos elementos constantes nos autos, indicando a correspondente fundamentação para a conclusão a qual se chegou, conforme exemplo a seguir]

Os documentos obtidos a partir de diligências realizadas nos cartórios da Comarca de Fortaleza, indicam a possível ocorrência de exercício de empresa dado que os atos identificados são típicos de gestão.

Conforme leciona o autor...

5. CONCLUSÃO

[Aqui se indica se a conclusão é pelo arquivamento, pela abertura de PAD, pena necessidade de aprofundamento das investigações, pelo encaminhamento à Comissão Setorial de Ética Pública etc., conforme exemplo a seguir]

[Exemplo de indicação de abertura de PAD]

Ante ao exposto, conclui-se que os autos trazem razoáveis indícios de autoria e materialidade, bem como elementos probatórios que resultam no poder-dever da autoridade competente para instaurar o devido processo legal, sob o manto do contraditório e ampla defesa, a fim de apurar os supostos desvios de conduta aqui relatados, face ao possível enquadramento por inobservância do descrito no art. ____, inciso ____ da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974.

Em via de consequência, é de se propor a imediata instauração de processo administrativo-disciplinar (PAD) em face do(a) servidor(a) *[Nome do(a) Servidor(a)]*, *[Cargo do(a) Servidor(a)]*, *[Matrícula do(a) Servidor(a)]*, de acordo com os arts. 179, §1º, e 210, *caput*, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c art. 33 da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, e art. 10, parágrafo único, da Instrução Normativa Gabin nº 001, de 14 de novembro de 2014, desta Secretaria da Fazenda, e ainda o inciso IV do art. 3º e art. 27 do Decreto estadual nº 34.957, de 17 de março de 2022, para, sob o rito contraditório, apurar os fatos ora narrados e demais fatos conexos que porventura surjam no decorrer dos trabalhos.

[Quando não cabe a propositura de TAC: Outrossim, insta asseverar não ser cabível a oferta de ofício, ao servidor, de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme disposto no art. 62 do Decreto estadual nº 33.951, de 23 de fevereiro de 2021, visto que os contornos fáticos até então delineados não permitem que se afaste a possibilidade, ainda que por ora em tese, de que o processo disciplinar a ser instaurado redunde em punição mais grave que a pena de repreensão e/ou suspensão de até 30 (trinta) dias, bem como os fatos ora descritos são passíveis de enquadramento na restrição prevista no inciso II do §2º do art. 5º da Lei estadual nº 17.936, de 01 de março de 2022].

[Podem ser indicadas outras providências, tal como o encaminhamento de alguma manifestação à Comissão Setorial de Ética Pública].

Assim, submetam-se os autos ao Corregedor para análise e manifestação acerca da proposta de abertura de PAD em face do(a) servidor(a) *[Nome do(a) Servidor(a)]*, *[Cargo do(a) Servidor(a)]*, *[Matrícula do(a) Servidor(a)]*, e, sendo o caso, posterior remessa à autoridade administrativa competente.

Inclua-se nos autos a matriz de responsabilização elaborada durante a fase de admissibilidade, a fim de permitir uma visualização objetiva do presente caso pelas partes interessadas.

[Exemplo de indicação de Arquivamento]

Assim, em análise conjunta dos documentos e diligências carreadas nos autos face ao ordenamento jurídico vigente, não se identificou qualquer elemento que apresente indícios de cometimento de ilícito administrativo por parte do servidor investigado, visto não terem sido encontrados se quer indícios de atos de gerência ou administração deste junto à sociedade empresária Razão Social, CNPJ nº ____/____-__, indicando apenas a sua participação como mero quotista.

Ante ao exposto, considerando a ausência de indícios de autoria e materialidade do ilícito administrativo previsto no inciso VII do art. 193 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, por parte do servidor investigado, sugere-se o **ARQUIVAMENTO** da presente *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ____/____; ou “sindicância nº ____/____”]*, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997.

Assim, submetam-se os autos ao Corregedor para análise e manifestação acerca do arquivamento, nos termos *[se apuração preliminar, “§1º do art. 12 da Instrução Normativa Gabin 01/2014, de 14 de novembro de 2014”; se sindicância, “§ 8º da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c o inciso I do art. 9º do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997”]*.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, Ceará, aos ____ de _____ de ____.

Nome do Presidente
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Nome do Membro
MEMBRO DA COMISSÃO

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

FASE DE ADMISSIBILIDADE

Processo nº.: _____ / _____

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO	
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
Fato/Conduta (Descrição do evento supostamente irregular)	<ul style="list-style-type: none"> [Descrever sucintamente o(s) fato(s) ocorrido(s)]
Agente (Agente vinculado à irregularidade)	<ul style="list-style-type: none"> [Indicar o(s) agente(s) público(s) envolvidos: nome completo, cargo/função, matrícula, lotação].
Elementos de informação (Descrição e localização de informações que apontam para a ocorrência do fato e sua vinculação ao agente)	<ul style="list-style-type: none"> [Listar os elementos que já constam nos autos]
Elementos faltantes (Indicação de fontes de provas e meios de consultas possíveis)	<ul style="list-style-type: none"> [Listar os elementos que ainda estão pendentes].
Possível tipificação (Tipologia da conduta praticada)	<ul style="list-style-type: none"> [Listar a tipificação legal do suposto ilícito]

Fonte: Modelo adaptado do curso Admissibilidade Correcional (2022) promovido pela EVG e CGU.

TERMO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (ARQUIVAMENTO)

TERMO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (ARQUIVAMENTO)

Considerando a conclusão da análise da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº _____/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº _____/___”]*, culminando com a sugestão de **ARQUIVAMENTO**, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, em face da ausência de indícios de autoria e materialidade de ilícito administrativo por parte do servidor investigado;

Considerando que nos termos do *[se apuração preliminar, “§1º do art. 12 da Instrução Normativa Gabin 01/2014, de 14 de novembro de 2014”; se sindicância, “§ 8º da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c o inciso I do art. 9º do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544/1997”]*, compete ao Corregedor determinar o arquivamento do presente procedimento,

[Poderá ser consignada recomendação de outro encaminhamento, por exemplo: “Ademais, não obstante a inexistência de ilícito no campo disciplinar, considerando a ocorrência de um suposto desvio ético, sugere-se que seja feita uma representação junto à Comissão Setorial de Ética Pública para que proceda com as devidas apurações no âmbito de sua competência”]

Retornem-se ao Corregedor da Secretaria da Fazenda para análise e deliberação acerca da sugestão de arquivamento dos presentes autos.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, Ceará, aos ___ de _____ de ____.

Nome do(a) Servidor(a)
CARGO/FUNÇÃO

TERMO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (ABERTURA DE PAD)

TERMO DE DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (ABERTURA DE PAD)

Considerando a conclusão da análise da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ____/____, processo nº _____/____”; ou “sindicância nº ____/____, processo nº _____/____”]*, culminando com a sugestão de **ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR (PAD)**, nos termos dos arts. 179, §1º, e 210, *caput*, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c art. 33 da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, e art. 10, parágrafo único, da Instrução Normativa Gabin nº 001, de 14 de novembro de 2014, desta Secretaria da Fazenda, em face da identificação de indícios de justo motivo para que o servidor investigado seja processado no âmbito disciplinar,

[Poderá ser consignada recomendação de outro encaminhamento, por exemplo: “Ademais, não obstante o suposto ilícito no campo disciplinar, faz-se necessário que outros fatos listados no parecer sejam apurados no campo ético, razão pela qual se sugere que seja realizada uma representação junto à Comissão Setorial de Ética Pública para que proceda com as devidas apurações no âmbito de sua competência”]

Retornem-se ao Corregedor da Secretaria da Fazenda para análise e deliberação acerca da sugestão de arquivamento dos presentes autos.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, Ceará, aos ____ de _____ de ____.

Nome do(a) Servidor(a)
CARGO/FUNÇÃO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

EM BRANCO

DESPACHO CONCLUSIVO DO(A) CORREGEDOR(A) (ARQUIVAMENTO)

DESPACHO Nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de despachos]

Vistos e examinados os autos da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*, deflagrada por meio do(a) *[se apuração preliminar, “despacho nº ___/___ desta Corregedoria; se sindicância, “Portaria nº ___/___, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de ___ de ___”]*.

Considerando que o referido procedimento decorreu de *[escolher uma das opções: (i) recebimento de denúncia via (informar o meio); (ii) representação formulada por (indicar quem representou); ou (iii) conhecimento direto pelo Corregedor]*, acerca de fato(s) ocorrido(s) no(a) *[indicar unidade, local ou ambiente onde ocorreu(ram) o(s) fato(s)]*;

Considerando que coube a esta Corregedoria proceder às investigações que melhor instruísssem os autos, nos termos do disposto no inciso VIII do art. 6º, inciso X do art. 9º e art. 13 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/ c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, e art. 9º, *caput*, da Instrução Normativa Gabin nº 001/2014, de 14 de novembro de 2014;

Considerando que, não apurada a responsabilidade administrativa, o processo deverá ser arquivado, conforme estabelece o art. 209, § 8º (1ª parte), da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974,

APROVO o Parecer nº ___/___, o qual conclui pelo arquivamento do presente processo.



Ato contínuo, DETERMINO o arquivamento do presente processo, conforme dispõe o art. 14, parágrafo único, do Anexo Único ao Decreto nº 24.544/1997.

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos __ de _____ de ____.

Nome do(a) Corregedor(a)
CORREGEDOR

DESPACHO CONCLUSIVO DO(A) CORREGEDOR(A) (ABERTURA PAD)

DESPACHO Nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de despachos]

Vistos e examinados os autos da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*, deflagrada por meio do(a) *[se apuração preliminar, “despacho nº ___/___ desta Corregedoria; se sindicância, “Portaria nº ___/___, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de ___ de ___”]*.

Considerando que o referido procedimento decorreu de *[escolher uma das opções: (i) recebimento de denúncia via (informar o meio); (ii) representação formulada por (indicar quem representou); ou (iii) conhecimento direto pelo Corregedor]*, acerca de fato(s) ocorrido(s) no(a) *[indicar unidade, local ou ambiente onde ocorreu(ram) o(s) fato(s)]*;

Considerando que coube a esta Corregedoria proceder às investigações que melhor instruísem os autos, nos termos do disposto no inciso VIII do art. 6º, inciso X do art. 9º e art. 13 do Anexo Único do Decreto estadual nº 24.544, de 15 de julho de 1997, c/ c o inciso VII do art. 11 do Anexo I do Decreto estadual nº 34.841, de 05 de julho de 2022, e art. 9º, *caput*, da Instrução Normativa Gabin nº 001/2014, de 14 de novembro de 2014;

Considerando que, no decorrer das investigações foram identificados elementos probatórios que indicam o suposto cometimento do ilícito administrativo, quais sejam:

[Listar os elementos probatórios e os indícios de autoria e materialidade. Sugere-se usar por referência o que consta na Matriz de Responsabilização, se presente nos autos]

Assim, tais elementos indicam o suposto cometimento de ilícito administrativo-disciplinar capitulado no *[informar o dispositivo legal do ilícito, por exemplo: “inciso IV do art. 191 c/c inciso VI, do art. 199, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, mate-*

realizados pela incontinência de comportamento, tendo em vista o decoro funcional, resultando em ofensa moral em serviço a terceiro, passível, em tese, de demissão”].

Ante ao exposto, ACATO [escolher uma opção: (i) “o inteiro teor do”; ou (ii) “parcialmente o”] Parecer nº ____/____, o qual recomenda a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face do servidor [Nome do Servidor], ocupante do cargo de [cargo do servidor], matrícula funcional nº _____-_-_, razão pela qual encaminho os presentes autos ao(à) [indicar a autoridade para a qual os autos serão encaminhados, por exemplo: “Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna”] para conhecimento e manifestação, posto que é autoridade competente para determinar a abertura do referido processo, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 210 da Lei estadual nº 9.826/1974 c/c o inciso [escolher conforme a autoridade instauradora: (i) se o(a) Secretário(a) da Fazenda, “XIX do art. 50”; (ii) se o(a) Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento e Gestão Interna, “VII do art. 52”] da Lei estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018.

Remetam-se os autos ao gabinete do(a) [indicar a autoridade para a qual os autos serão encaminhados, por exemplo: “Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna”].

CORREGEDORIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos __ de _____ de _____.

Nome do(a) Corregedor(a)
CORREGEDOR

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PAD (MODELO 1)

PORTARIA Nº ___/___

[fazer registro e pegar numeração no respectivo controle]

[Autoridade instauradora do PAD, exemplo: O(A) SECRETÁRIO(A) DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ], no uso da atribuição que lhe confere o art. 210, inciso II, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e o inciso *[escolher conforme a autoridade instauradora: (i) se o(a) Secretário(a) da Fazenda, “XIX do art. 50”; (ii) se o(a) Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento e Gestão Interna, “VII do art. 52”]* da Lei estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº _____/_____, **RESOLVE** determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR, a ser realizado pela Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar da Procuradoria-Geral do Estado, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do(s) servidor(es) *[nome do(s) servidor(es), cargo(s) e número(s) de matrícula(s)]*, acusado(s) de haver(em) praticado o ilícito tipificado no(s) *[capitulação legal: artigo(s) da(s) lei(s)]*, em razão do *[ABANDONO DE CARGO/FUNÇÃO DURANTE O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE ___/___/___ E ___/___/___]*, passível da sanção prevista no *[dispositivos legais que cominam a penalidade aplicável]*. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos ___ de _____ de _____.

Nome da Autoridade Instauradora
CARGO DA AUTORIDADE

Observação: Conforme modelo estabelecido pela Portaria nº 217, de 3 de julho de 2000, da Procuradoria-Geral do Estado, publicada no D.O.E. de 4 de julho de 2000.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PAD (MODELO 2)

PORTARIA Nº ___/___

[fazer registro e pegar numeração no respectivo controle]

[Autoridade instauradora do PAD, exemplo: O(A) SECRETÁRIO(A) DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ], no uso da atribuição que lhe confere o art. 210, inciso II, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e o inciso *[escolher conforme a autoridade instauradora: (i) se o(a) Secretário(a) da Fazenda, “XIX do art. 50”; (ii) se o(a) Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento e Gestão Interna, “VII do art. 52”]* da Lei estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº _____/____, **RESOLVE** determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR, a ser realizado pela Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar da Procuradoria-Geral do Estado, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do(s) servidor(es) *[nome do(s) servidor(es), cargo(s) e número(s) de matrícula(s)]*, acusado(s) de haver(em) praticado o ilícito tipificado no(s) *[capitulação legal: artigo(s) da(s) lei(s)]*, em razão de conduta que caracteriza do *[indicar a infração cometida, relatando sucintamente os fatos ocorridos]*, passível da sanção prevista no *[dispositivos legais que cominam a penalidade aplicável]*. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos ___ de _____ de ____.

Nome da Autoridade Instauradora

CARGO DA AUTORIDADE

Observação: Conforme modelo estabelecido pela Portaria nº 217, de 3 de julho de 2000, da Procuradoria-Geral do Estado, publicada no D.O.E. de 4 de julho de 2000.

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)

Ofício nº ___/___/CORREGEDORIA/SEFAZ

[fazer registro e pegar numeração no controle de ofícios]

Fortaleza, ___ de _____ de ____.

Ao(À) Senhor(a)

[NOME DO(A) PROCURADOR(A) DO ESTADO CHEFE DA PROPAD]

Procurador(a)-Chefe da Propad

Procuradoria de Processo Administrativo Disciplinar da Procuradoria-Geral do Estado

Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Edson Queiroz, 60811-520, Fortaleza, Ceará

Assunto: **Comunica a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD)**

Senhor(a) PROCURADOR(A)-CHEFE,

Cumprimentando-o(a), tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei complementar estadual nº 58, de 31 de março de 2006, c/c art. 213 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, encaminho os autos da *[escolher a natureza do processo, por exemplo: “apuração preliminar nº ___/___, processo nº ___/___”; ou “sindicância nº ___/___, processo nº ___/___”]*, em que se decidiu pela instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) em face do servidor *[nome do servidor]*, ocupante do cargo de *[cargo do servidor]*, matrícula nº ____-__-, conforme a Portaria nº ___, de ___ de _____ de ___, do(a) *[Cargo da Autoridade que instaurou o PAD]*, publicada no Diário Oficial do Estado de ___ de _____ de ____.

Atenciosamente,

Nome do(a) Corregedor(a)

CORREGEDOR(A)